

39º Encontro Anual da ANPOCS

GT13 - Elites e Espaços de Poder

**FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS GOVERNOS DO PARÁ: ELITE
GOVERNAMENTAL, ELITE DURADOURA E ÍNDICE DE
ELITIZAÇÃO (1983-2006)**

Autor:

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Co-autor:

Jean Guilherme Guimarães Bittencourt

FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS GOVERNOS DO PARÁ: ELITE GOVERNAMENTAL, ELITE DURADOURA E ÍNDICE DE ELITIZAÇÃO (1983-2006)

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza¹
Jean Guilherme Guimarães Bittencourt²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central identificar quem são as elites governamentais que compuseram os governos do Estado do Pará entre 1983 e 2006, a partir da metodologia de análise proposta pela Teoria das Elites. Nosso objeto de estudo foram os documentos intitulados Termos de Posse, arquivados na Secretaria Estadual de Administração (SEAD), onde se registram as nomeações do Secretariado de Estado e cargos afins. Utilizando-se do método da Posição Institucional foi detectado um grupo político formado a partir da composição de cada governo investigado e, deste grupo, foram identificados os nomes que passaram a compor outros governos, denominados “elite duradoura”. Cada membro desse último grupo corresponde a uma “conexão”, que podem ser entre dois, três, quatro ou mais gestões. Analisando estes dados à luz do elitismo, produzimos um “índice de elitização” (IE), que compara o quanto cada governo produziu, percentualmente, de nomes que compuseram a “elite duradoura”.

Palavras-chave: Teoria das Elites; elite governamental; “elite duradoura”; “índice de elitização”; “conexão”.

ABSTRACT

This work had as main objective to identify who are the governmental elites who composed the governments of Pará State between 1983 and 2006, based on the analysis methodology proposed by the Theory of Elites. Our object of study were the documents entitled Terms of Possession, filed with the State Department of Administration (SEAD), which record the appointments of the State Secretariat and related offices. Using the position of the Institutional method has detected a political group formed from the composition of each government investigated and, of this group, the names have been identified that are now part of other governments called "lasting elite". Each member of the latter group corresponds to a connection that can be between two, three, four or more administrations. Analyzing these data in light of elitism, we produced a "elitization index" (IE), which compares how much each government produced, in percentage terms, names that comprised the "lasting elite".

Keywords: Theory of Elites; Governmental Elite; “lasting elite”; “elitization index”; connection.

¹ Sociólogo e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professor da rede estadual e Consultor.

² Sociólogo e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor de Ciências Sociais do IFPA.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa teórico-empírica baseada na Teoria das Elites. Em geral, o tema das elites tem sido fonte de grande controvérsia acadêmica, ora no sentido de reverenciá-la, ora voltada para a sua crítica de forma mais contundente. Porém, se aceitarmos o pressuposto básico da teoria, de que existe uma minoria organizada que dirige a maioria desorganizada, a identificação e formação dessa minoria organizada ou elite passa a ser um *locus* privilegiado de investigação.

No caso específico, nosso objeto de pesquisa foram as elites governamentais do Estado do Pará, definidas como aqueles membros componentes do secretariado de sete administrações estaduais, delimitado temporalmente entre os anos de 1983 e 2006. Ao analisarmos estas elites, descobrimos a existência de uma espécie de elite da elite governamental, que denominamos “elite duradoura”, e que se apresenta em maior ou menor grau em cada governo, metrificada por nós através do que chamamos de “índice de elitização”.

O tema das elites já esteve em grande evidência na Ciência Política, o que levou mesmo à constituição de uma das principais correntes teóricas da mais jovem das Ciências Sociais. A Teoria das Elites foi elaborada originalmente por Gaetano Mosca (1958) e Vilfredo Pareto (1980), além de Robert Michels (1982), em oposição ao marxismo, que lhe dirige duras acusações (GRAMSCI, 2002).

Ganha reconhecimento internacional e acadêmico a partir de sua exportação para os Estados Unidos e os estudos dirigidos por Harold Lasswell (1984). Com Wright Mills (1975) alcança seu auge, tanto na divulgação de seus postulados quanto na crítica que se seguiu (DAHL, 1958; 1966; BOURDIEU, 1989; POULANTZAS, 1982; TSBELLIS, 1998). Para Bobbio (2002) e Leoni (1988), trata-se da primeira teoria propriamente dita de Ciência Política, enquanto Grinszpan (1996) confirma serem Mosca, Pareto e Michels os pais fundadores da Teoria das Elites.

Michels (1982) ampliava a aplicação do conceito para outros tipos de organização, como os partidos políticos, dada a impossibilidade de ser aplicada uma forma democrática de fato ante a inevitável tendência à oligarquização das instituições. Lasswell e Lerner (1967) destacam a importância de se estudar o poder e a influência, aplicando a teoria em estados como o socialista, também dirigido por uma minoria organizada, enquanto Mills (1975) se utiliza do método da posição institucional para mapear as elites. Com o desenvolvimento das correntes pluralista e marxista, o elitismo

perde espaço para outras propostas metodológicas (JEREZ-MIR, 1982; URIARTE, 1997), porém, sem invalidar sua proposta investigativa.

Das obras de Mosca e Pareto em diante, a ideia da classe política dirigente ou elite foi objeto de inúmeros autores, que tentaram ampliar a concepção de classe política, reconhecendo os elitistas como defensores da liberdade (BURNHAM, 1963), definindo grupos que constituíram uma elite (MILLS, 1975), releeram os clássicos (BOTTOMORE, 1965), e muitos tentaram (LASSWELL; LERNER, 1967) e até hoje tentam (FARIAS FILHO, 2011; SOUZA, 2012) ampliar o conceito.

As opiniões divergem e convergem, mas a tendência geral em se admitir a existência de elites, mesmo com todos os problemas que o conceito venha a suscitar, já é um indicador patente da validade do debate. Estudos mais recentes têm apontado que, no momento em que Mosca chama a atenção para a importância de se debruçar sobre o estudo das minorias politicamente ativas ou elites, estabeleceu-se um novo programa de investigação no âmbito da Ciência Política no cenário mundial (PERISSINOTTO; CODATO, 2008).

No Brasil, ainda é tímida a produção acadêmica sob esse enfoque, apesar de relevantes pesquisas terem sido realizadas em várias regiões do país nos últimos anos, como demonstram os anais do grupo de trabalho “Elites e Instituições Políticas” do 32º Encontro Anual da ANPOCS, em 2008. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica pela pequena quantidade de pesquisas sob essa metodologia – se comparada com outras perspectivas metodológicas –, especialmente no espaço político da região da Amazônia.

Contextualizada no estado do Pará, a pesquisa se volta para a seguinte questão: quem governa? Nesse sentido, o problema de pesquisa aborda três questões: uma definição para elite, uma abordagem metodológica eficiente e eficaz para identificá-las e quais seriam as possíveis consequências observadas a partir de sua formação e renovação.

A problemática é endereçada para a observação dos nomes que ocuparam, por nomeação direta do Governador, os principais cargos executivos estaduais entre 1983 e 2006: esse é o objeto do presente estudo, cujo objetivo geral foi de realizar uma aplicação empírica da Teoria das Elites no espaço político do Estado do Pará.

Para alcançar estes objetivos, foi elaborado um tipo ideal (WEBER, 1967) para designar as elites governamentais, baseado nos pressupostos da Teoria das Elites, porém

adotando apenas alguns de seus aspectos que foram considerados relevantes para o presente estudo.

1. O ELITISMO ENQUANTO MÉTODO EMPÍRICO DE ANÁLISE

Uma das questões centrais que permeiam universalmente todos os estudos acerca dos fenômenos políticos é a questão do poder (PERRISSINOTO; FUKS, 2006), o que englobaria também a Teoria das Elites. Porém, a partir dessa problemática e das dificuldades em torno de um consenso sobre quem tem o poder, duas propostas metodológicas foram elaboradas com base na tradição weberiana: o “método posicional” e o “método decisional”.

O método posicional afirma que o poder de se tomar decisões políticas estaria concentrado em indivíduos que ocupam as posições institucionais estratégicas em uma comunidade – portanto, para se descobrir quem governa a comunidade seria necessário em primeiro lugar mapear essas posições institucionais estratégicas para, em seguida, realizar aquilo que Mills chamou de uma “sociologia das posições institucionais” (MILLS, 1975). O método decisional já considera que se o poder é o poder de decidir, somente estudos de processos decisórios concretos é que poderiam revelar ao analista político os indivíduos ou grupos capazes de exercer o poder (DAHL, 1966).

Farias Filho e Mathis (2008) destacam a existência de três estratégias metodológicas para se mapear elites: a posição institucional, a reputação social e a decisão. Nesse sentido, elenca a descrição das três estratégias mais utilizadas e os limites de seus usos, após expor a metodologia de Mills, a crítica de Dahl (1958) e dos pluralistas – que negam a existência de uma unidade na elite – e do modelo de Putnan (1976), que parte da posição institucional. Ainda destaca a ressalva de Parsons (1957) acerca da dificuldade de se identificar elites ante a insuficiência de dados e outras questões empíricas difíceis de captar, além do programa metodológico de Lasswell e Lerner (1967) para se mapear elites.

O presente estudo assenta-se na corrente do elitismo e, apesar da combinação de métodos ser comum em estudos de elites, optamos por não fazer uso do método decisional, delimitando nosso escopo metodológico ao método posicional.

Partindo do método da posição institucional para se descrever a formação e organização da Elite Governamental paraense entre os anos de 1983 e 2006, seguimos as sugestões e precauções postas em relevo por Farias Filho (2011). Se o método da posição

institucional parte da identificação, em primeiro lugar, das posições existentes no sistema político vigente, nosso ponto de partida foi descobrir que posições poderiam exercer um nível elevado de poder em se tratando do executivo estadual.

Como o primeiro problema metodológico que o estudo sobre elites apresenta é a definição de quem pertenceria à elite, nosso primeiro passo será mesmo a definição do que denominamos elite governamental: os nomes presentes nos Termos de Posse do chamado “primeiro escalão”, documentos referentes a nomeação pessoal do Governador para o provimento dos principais cargos de confiança da administração superior estadual, sejam estes de Secretários de Estado ou outros cargos afins que possuam esse mesmo status.

Dada certa dificuldade em organizar e separar os grupos políticos, foi utilizado o recurso da S.N.A.: *Social Network Analysis* ou análise de redes sociais, o qual considera que a própria estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações (MIZRUCHI, 2006). Isso vai ao encontro de certos resultados obtidos em nossa pesquisa, uma vez que certas conexões são bem mais perenes que governos. Este recurso metodológico visou a contribuição, no presente trabalho, para a relação e segregação dos nomes levantados nos Termos de Posse. Vale ressaltar que este não é um estudo de redes, apenas se utiliza desse recurso metodológico para facilitar a organização dos dados.

Para efeito deste trabalho, uma “conexão” é definida por nós como um elo, por meio de uma espécie de *ator-ponte*, entre dois governos ou mais, a partir da presença de certos personagens em posições de elite, como uma classe política dirigente (MOSCA, 1958) ou – em nosso caso específico – atores institucionais da administração superior estadual, segundo a posição hierárquica de comando e a natureza política de seus cargos constatada por meio da nomeação inscrita nos Termos de Posse levantados e investigados. Cada tipo de “conexão” – que pode ser “conexão” binária (entre dois governos), “conexão” terciária (entre três governos) ou “conexão” quaternária (entre quatro governos ou mais) – corresponde à frequência com que certos nomes se repetem na formação de cada governo, considerando-se diferentes gestões.

2. ANÁLISE DAS ELITES GOVERNANTES NO ESTUDO

Os postos-chave são ocupados pelas contingências da coalizão governamental e pela vontade política do Governador em acordo com seus aliados, através de nomeações pessoais. Portanto, cada governo tem uma cara, um rosto, visível a todo investigador da

política, o que o transforma em elite governante em oposição à elite não-governante (PARETO, 1980). O governo formado pela nomeação está documentado nos Termos de Posse do Secretariado.

Ao esmiuçar todos os Termos de Posse que existem arquivados na SEAD entre 1983 e 2006, verificamos os nomes de quem (quem governa) compôs os governos paraenses (o quê) em 24 anos (quando), produzindo-se um recorte espaço-temporal para situar o objeto de análise segundo critérios já bastante utilizados e reconhecidos na ciência política (LASSWELL, 1984; LASSWELL; LERNER, 1967; MILLS, 1975), e de como alguns nomes se repetem em diferentes administrações, passando de atores (membros da “elite governamental” que compunha um governo específico) a personagens (uma “conexão” binária, terciária ou quaternária), indivíduos componentes de uma “elite duradoura”, em certa medida resistente – por certo um tempo – à inevitabilidade da lei de ferro das oligarquias (MICHELS, 1984) quando outro grupo político passa a controlar a instituição, bem como à circulação das elites (PARETO, 1984) prevista na mudança entre governos.

Daí a descoberta de que determinados governos democráticos são compostos por uma quantidade maior ou menor de indivíduos que já pertenceram a outros governos, e mais: alguns indivíduos passam não somente por dois, mas por três, quatro e até mais governos, correspondendo assim esses elementos a uma espécie de grupo político dentro dos grupos políticos formados em cada um dos diferentes governos, como uma elite da elite ou “elite duradoura” governamental, apesar de não coesa (DAHL, 1958).

Vale ressaltar outra descoberta no presente estudo: a de que esta “elite duradoura” pode se apresentar de forma “contínua” ou “descontínua” na gestão da administração superior de diferentes governos. Isto quer dizer que determinados membros deste grupo podem aparecer em uma determinada administração e ressurgir somente após intervalos de uma, duas ou mais administrações, enquanto outros representantes dessa mesma “elite duradoura” solidificam-se por duas, três, quatro ou mais administrações consecutivas, até se encontrarem sob a égide de uma nova elite e seu corolário da lei de ferro das oligarquias – das novas, no caso – e da inevitável circulação das elites, forçosamente exigindo a instauração de uma nova elite governante e removendo antigas oligarquias. Por esta razão é que a história é considerada por Pareto (1980) um “cemitério de aristocracias”.

Toda classe política dirigente, ou “elite governamental”, assenta seu domínio sobre um conjunto de valores e crenças que garantem a legitimidade do domínio da elite sobre a massa, sistema este denominado de *fórmula política* (MOSCA, 1958). A fórmula política elaborada pela ditadura militar brasileira (1964 -1985) passou por inúmeras transformações, como os Atos Institucionais. Apesar disso, o processo de redemocratização eclodido no final dos anos 1970 na América Latina impôs à ditadura novas mudanças na sua fórmula política, sendo a eleição direta para Governadores de Estado, em 1982, uma das principais e mais radicais transformações.

Ao se alterar a fórmula política e, concomitantemente, as regras do jogo, os militares pretendiam uma mudança lenta e gradual, objetivando manter-se no poder ao eleger correligionários partidários (membros da antiga ARENA, transformada em PDS) ou seus pares via voto direto. No entanto, como aponta Mosca, quando uma fórmula política apresenta-se de alguma forma obsoleta, ou quando a fé nos princípios sobre os quais ela se apoia enfraquece, é um sinal que indica a iminência de sérias transformações na classe política dirigente (MOSCA, 1958) ou elite.

É assim que ocorre a circulação das elites, possibilitando a ascensão do partido de oposição à ditadura no Pará quando se inicia a abertura democrática, o PMDB, que não apoiou o candidato da situação, Oziel Carneiro (PDS), na primeira eleição direta para Governador, após 17 anos, ocorrida em 1982, cujo resultado foi a eleição do oposicionista Jäder Barbalho. É assim também, em mudanças implementadas na fórmula política, que o segundo governo Almir Gabriel realizou uma reforma administrativa, ampliando consideravelmente os postos de comando da administração superior do Poder Executivo e, portanto, expandindo o número de membros da “elite governamental”.

Por essas razões, adotamos uma conceituação dentro de limites bem definidos, imposta pela rarefeita quantidade de variáveis, mas de modo a reunir em alguns grandes grupos nossos dados ou nomes, compondo verdadeiras redes (MIZRUCHI, 2006): aqueles que são verificados com apenas uma frequência em toda série, participando de apenas um governo, serão catalogados como “sem conexão”. A partir daí, as conexões descobertas apresentaram características distintas: alguns nomes apresentavam uma frequência seguida, sem intervalos entre diferentes administrações, enquanto outros nomes surgiam em uma determinada administração e ressurgiam depois, após uma, duas, três ou até mesmo mais administrações.

Ao segregar e agrupar os dados, portanto, definimos que algumas conexões são de caráter contínuo (“conexão contínua”: referente a presença de determinados nomes em governos consecutivos) ou descontínuo (“conexão descontínua”: que diz a respeito a presença dos nomes em governos não consecutivos). A inovação metodológica, que sempre fez parte do programa do elitismo (CARRERAS, 1991), vem ao longo do tempo contribuindo para a ciência política consolidar seu status de ciência.

A variação, em termos gerais, do número de Termos de Posse nos governos paraenses investigados, atesta a circulação das elites em nível do Poder Executivo Estadual, se se considerar que entre a passagem de um governo para outro deveria haver uma circulação das elites (PARETO, 1984). Entretanto, isso não quer dizer que alguns dos elementos que compuseram um governo anterior não possam reaparecer na estrutura de um novo governo: apenas damos relevo ao fato de que na montagem dos governos e dos nomes que o compuseram entre 1983 e 2006 descobrimos um grupo restrito e mais resistente à circulação das elites que, em última instância, acaba por permanecer por mais tempo nos postos de comando político do Poder Executivo Estadual, mesmo com a mudança de gestões. Logo abaixo, em forma de gráfico, a quantidade numérica e percentual governo a governo referente aos Termos de Posse:

Tabela 01: Composição por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)

GOVERNO	QUANT	%
GJB1	42	14,58
GHG	36	12,50
GJB2	24	8,33
GCS	18	6,25
GAG1	29	10,07
GAG2	67	23,26
GSJ	72	25,00
TOTAL	288	100,00

Fonte: Souza (2012).

Os dados gerais, expostos na Tabela 01, denotam em primeiro plano uma constatação muito interessante: o segundo governo Almir Gabriel e o governo Jatene montaram seu Secretariado com um número bem maior de Termos de Posse do que em outras administrações. Esta variação só é percebida a partir dos governos do PSDB, apesar do primeiro governo Almir Gabriel (PSDB) ser o que apresenta a antepenúltima colocação em relação à quantidade total de Termos de Posse ou nomeações, pois seu

governo apresentou apenas um percentual de 10,07%, em relação ao total, perdendo apenas para o segundo governo Jäder Barbalho (8,33%) e para o governo Carlos Santos (6,25%), que ficou menos de um ano no poder.

Deve-se ressaltar que na transição do primeiro para o segundo mandato de Almir Gabriel houve uma reforma e ampliação da estrutura administrativa estadual, o que levou ao aumento considerável de cargos estratégicos do primeiro escalão e que pode ser um viés de explicação do fenômeno. Ainda assim, o governo Simão Jatene, como veremos adiante, apresentou um número de conexões menor do que outras administrações, apesar de deter um número bem maior de cargos e, portanto, de Termos de Posse, o que não estabelece uma relação direta entre a quantidade de Termos de Posse e de conexões. Este dado será melhor apresentado adiante, quando estiverem sendo comparados os quantitativos do “índice de elitização”.

A tabela 01 apresenta duas tendências em relação à quantidade de Termos de Posse. A primeira corresponde a uma tendência média decrescente no número de nomeações, período em que o estado esteve sendo governado pelo PMDB, decaindo até o governo Carlos Santos, mas a tendência média permanece no primeiro governo de Almir Gabriel, que contou com apenas 29 nomeações, menos que as 42 do primeiro governo Jäder Barbalho e as 36 do governo Hélio Gueiros, e pouco mais do que as 24 do segundo governo Jäder Barbalho.

Após a reforma institucional realizada por Almir, surge uma nova tendência: a de aumento da quantidade de nomeações e, portanto, do número de membros constituintes da “elite governamental”. Os números saltam de 29 para 67 Termos de Posse, entre o primeiro e o segundo mandato de Almir Gabriel, permanecendo a tendência crescente no governo Simão Jatene, com 72 nomeações.

3. CONEXÃO GOVERNO A GOVERNO E ELITE DURADOURA

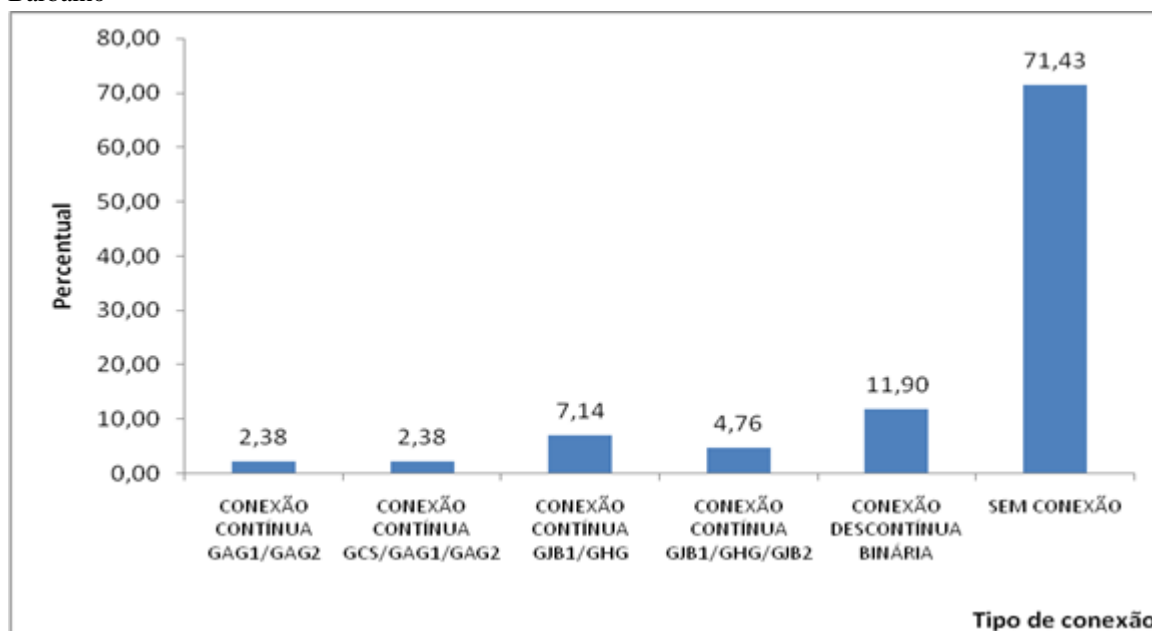
Após a exposição de nossos dados em geral, bem como das definições sobre os conceitos apresentados, finalmente chegamos aos resultados da pesquisa. Apesar da preocupação teórico-metodológica recorrente em todo o trabalho, optamos por apresentar cuidadosamente os resultados desta etapa, governo a governo investigados, para em seguida expor os resultados finais, que correspondem ao nosso “índice de elitização” (IE).

3.1 Governo Jáder Barbalho 01 (GJB1)

O GJB1 foi caracterizado por um número relativamente pequeno de indivíduos que pertenceram posteriormente a outros governos. Isso evidencia a seguinte situação: o grupo político que compôs esta administração não forneceu uma grande quantidade de indivíduos (matéria-prima) para a composição de governos (como “elite duradoura”) posteriores.

Por outro lado, a quantidade não é necessariamente paralela à importância dos quadros que emergem dessa administração, o que não é, por enquanto, objeto do presente trabalho. Porém, vale ressaltar que desse Grupo Político emergiram os quatro Governadores seguintes: Hélio Gueiros, Carlos Santos, Almir Gabriel e Simão Jatene. Apesar disso, quando relativizamos a porcentagem do total de Termos de Posse em relação às Conexões, vemos que de fato o Grupo Político do GJB1 não foi tão expressivo na composição de outros governos, alimentando a “elite duradoura” com apenas 12 nomes do total da série, como pode se observar no Gráfico 01.

Gráfico 01: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no primeiro governo Jader Barbalho



Fonte: Souza (2012)

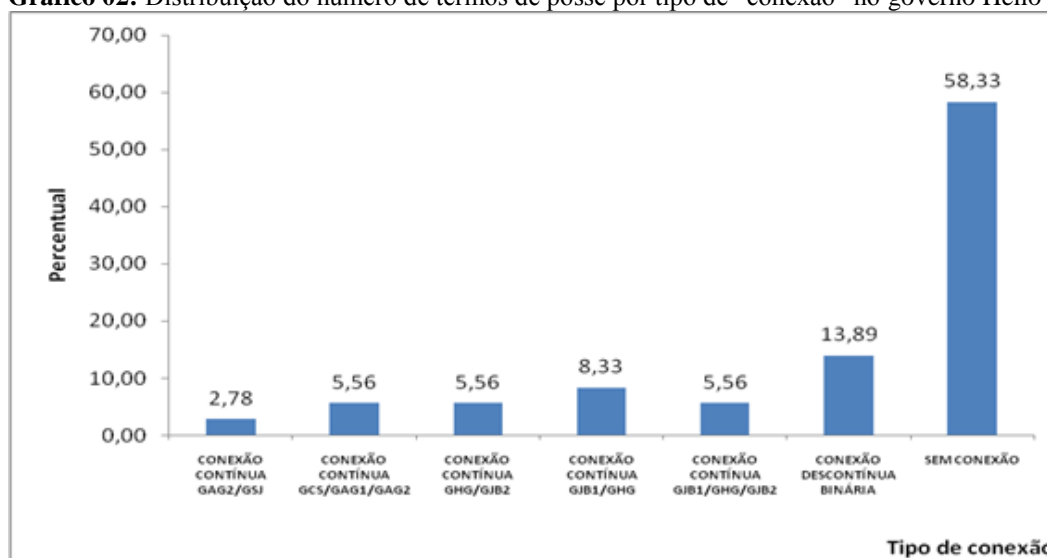
O número relativamente alto de atores “sem conexão”, que soma 71,43% do total de Termos de Posse investigado, é corolário da constatação – de que essa gestão não foi uma grande fornecedora de membros da “elite duradoura”– acima destacada, no sentido

das mudanças na fórmula política (MOSCA, 1958) terem provocado a circulação das elites (PARETO, 1980) e corresponderem à lei de ferro das oligarquias (MICHELS, 1984) ocorrida na transição da ditadura. Por outro lado, das 08 Conexões Binárias descobertas, 05 são descontínuas e 03 contínuas. Dos 28,57% referentes às Conexões, 11,90% são Conexões Descontínuas e 16,67% são Conexões Contínuas, chegando-se ao resultado de que esta “elite governamental” não se manteve majoritariamente no governo subsequente, apesar da manutenção do governo nas mãos do PMDB, onde o Governador Jäder Barbalho faz seu sucessor Hélio Gueiros.

3.2 Governo Hélio Gueiros (GHG)

Quando nossa lupa metodológica é focada no GHG, identificamos imediatamente uma subida na quantidade de nomes exportados para outros governos, apesar da manutenção da média. Além de deter, entre seus quadros, alguns elementos do GJB1, ainda que com poucos elementos (apenas cinco nomes), o GHG participa mais ativamente do Grupo Político que denominaremos “elite duradoura” na série histórica, com 15 nomes, de acordo com o Gráfico 02.

Gráfico 02: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no governo Hélio Gueiros



Fonte: Souza (2012)

Mesmo que haja um número inferior de Termos de Posse (de 42 termos no GJB1, há uma redução para 36 termos documentados referentes ao GHG) entre esses dois governos, a porcentagem de 71,43% de nomes classificados como “sem conexão” na gestão anterior, é reduzida para 58,33% no governo em tela. A diferença, que confere

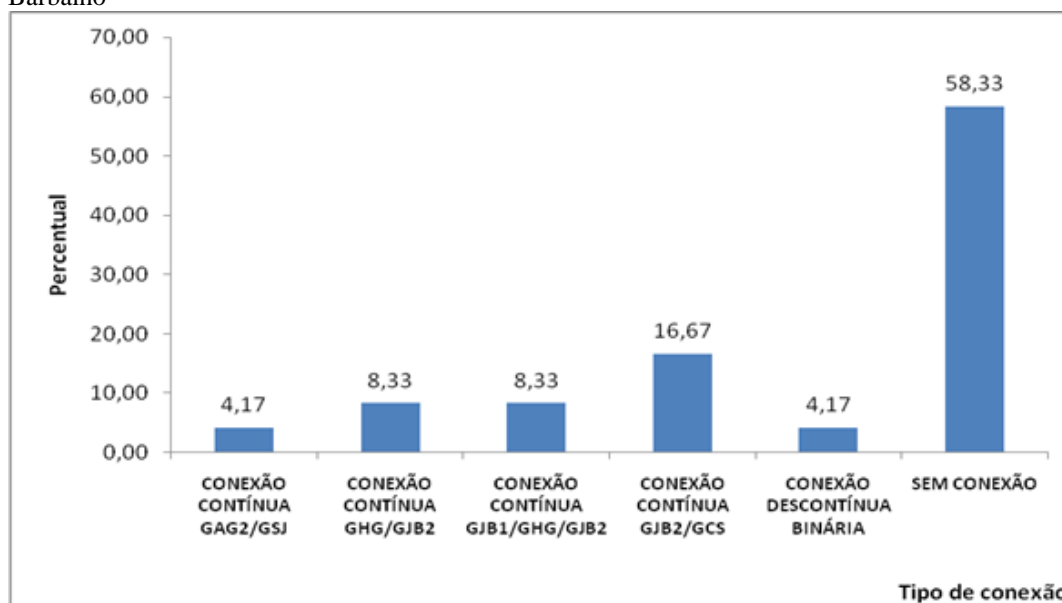
13,1%, mesmo sendo superior, deve ser relativizada com a redução do número de Termos de Posse entre o GJB1 e o GHG (de 42 para 36), o que torna o GHG ainda mais relevante em relação à “elite duradoura”.

Por outro lado, em termos percentuais gerais, pode-se visualizar a evolução da quantidade de nomes ofertados para a “elite duradoura”: há uma ampliação da quota de 28,57% de casos de “conexão” do GJB1 para um aumento, no GHG, para uma porcentagem de 41,67% de casos. Em outras palavras, o GHG forneceu, na média geral, mais nomes para uma “elite duradoura” do que o GJB1, computando uma subida de 25% em relação à porcentagem de seu antecessor.

3.3 Governo Jáder Barbalho 02 (GJB2)

Aqui, na análise do GJB2, já se pode perceber certas nuances no que tange a análise da série dos governos a que esse trabalho se propõe. A quantidade do número dos Termos de Posse é reduzida, se comparada com o GJB1 e o GHG, caindo respectivamente de 42 para 36 e, finalmente, no caso em questão, para 24 Termos de Posse.

Gráfico 03: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no segundo governo Jáder Barbalho



Fonte: Souza (2012).

Percentualmente, tal qual o caso anterior, o GJB2 tem exatamente o mesmo número que o GHG, ambos apresentando, em percentuais gerais, 58,33% de casos “sem

conexão”, restando-lhes exatos 41,67% de casos de “conexão”. No entanto, também se faz necessária a relativização do dado, uma vez que há uma drástica redução no número de Termos de Posse para apenas 24 nomeações. Isso resulta em uma quantidade de oferta de nomes referente a apenas 10 indivíduos para o seletivo grupo da “elite duradoura”.

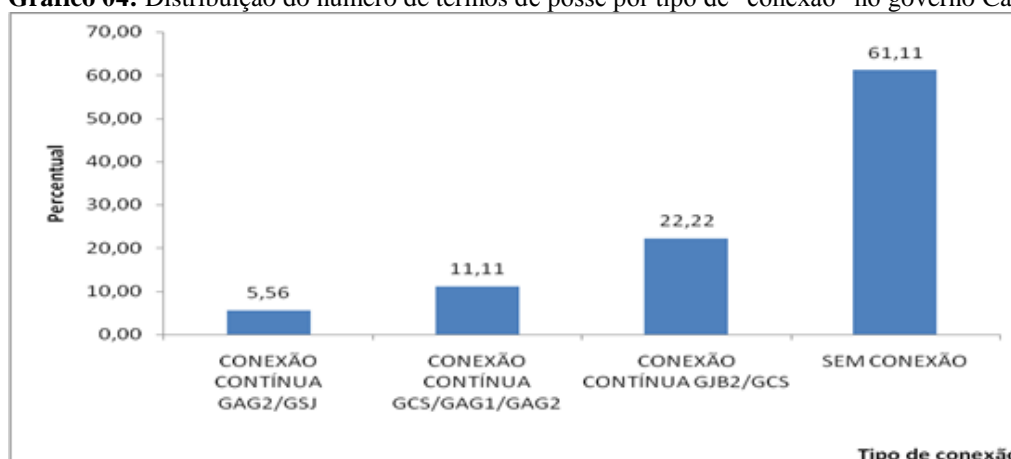
Mesmo que aparentemente esse governo pareça fraco, em termos de oferta de nomes que são personagens importantes na atuação do papel de atores da “elite governamental”, veremos mais adiante seu alcance para outros governos. Em relação à “conexão” descontínua houve apenas um caso, sendo as demais todas do tipo “conexão” contínua. Este último dado deve ser lido com atenção: o GJB1 e o GHG apresentaram o número de 05 casos de “conexão” descontínua, enquanto o GJB2 teve apenas uma ocorrência. Em outras palavras, membros do Grupo Político formado em seus respectivos governos viriam a compor outros governos, de oposição e de um partido diferente daquele que lhe alçou ao posto de “elite governamental”. E esta percepção fica ainda mais visível quando nos dois governos subsequentes – como o GCS e o GAG1 – a ocorrência de “conexão” descontínua é nula.

3.4 Governo Carlos Santos (GCS)

O GCS corresponde ao menor número de nomes detectados em toda a série investigada, no que tange ao fornecimento de nomes componentes da “elite duradoura”. Mesmo assim não podemos nos furtar a exposição dos dados observados. Também é menor em número de Termos de Posse.

O GCS, ao todo, nomeou 18 indivíduos, pois esse é o número de Termos de Posse referentes ao seu breve governo. No cômputo geral, forneceu apenas 07 nomes, todos referentes ao tipo “conexão” contínua, sendo 04(quatro) herdados do GJB2, quando que os 03(três) restantes viriam a compor – em “conexão” contínua, diga-se de passagem – os subsequentes governos peessedebistas, seja nos dois governos de Almir Gabriel, seja na passagem de Almir para Jatene.

Por outro lado, em percentuais gerais, até aqui o GCS apresenta nova subida na série em relação ao número de casos “sem conexão”: 61,11%. Isso resulta em um percentual de 38,89% de nomes do total que participaram de seu governo e que compuseram o que temos chamado de “elite duradoura”. Nesse sentido, o GCS não parece tão fraco em relação à sua participação na “elite duradoura”, como verificado no Gráfico 04.

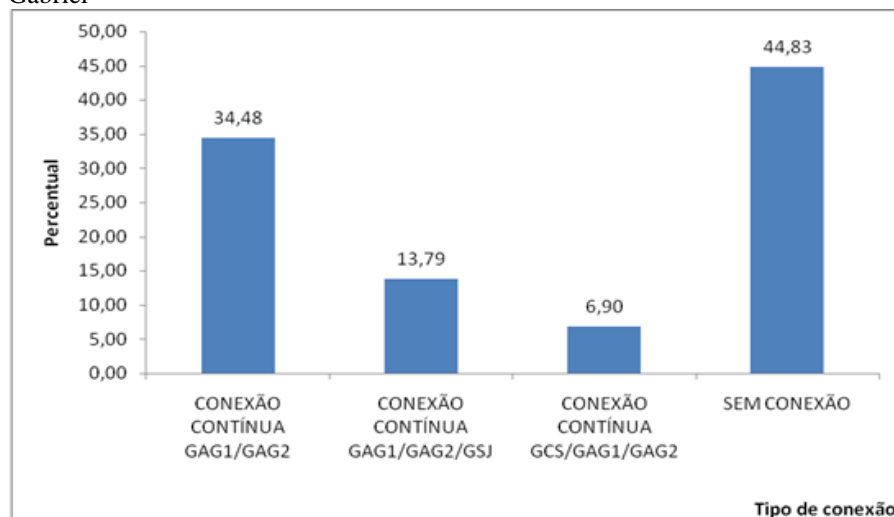
Gráfico 04: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no governo Carlos Santos

Fonte: Souza (2012)

3.5 Governo Almir Gabriel 01 (GAB1)

O GAG1 manteve-se estável na manutenção média do número de Termos de Posse quando contrastado com seus antecessores, não passando de 29 nomeações, mas já demonstrará significativo diferencial em relação aos outros governos aqui investigados. Não se trata de grandes ou abruptas diferenças, mas de nova perspectiva que desembocará mais tarde numa ruptura significativa na tendência da série que investigamos aqui.

Dos 29 Termos de Posse detectados neste governo, 16 nomes foram matéria-prima fornecida para a “elite duradoura”. Aí se tem o recorde da série, pois até então o maior número de nomes classificados como sendo do tipo “conexão” nos governos estudados até aqui era correspondente a 15 nomes (GHG).

Gráfico 05: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no primeiro governo Almir Gabriel

Fonte: Souza (2012)

Mas é na porcentagem geral que observamos a mudança significativa: o GAB1 saltou para uma redução de proporções consideráveis em relação à ocorrência do tipo “sem conexão”: 44,83%, resultando em um percentual de 55,13% de Conexões, não sendo nenhuma de caráter descontínua. De todas suas conexões contínuas, apenas 02(duas) são referentes a egressos do GCS; nada menos do que 10 nomes serão do tipo “conexão” contínua binária, o que denota a continuidade de um grupo aparentemente mais coeso de uma “elite duradoura” nos dois governos consecutivos de Almir: o GAG1 e o GAG2, pelo menos no que tange sua resistência à circulação das elites; desse total, 04(quatro) nomes corresponderam à “conexão” contínua terciária e compuseram tanto o GAG2 quanto o GSJ, demonstrando a força que certos nomes começam a apresentar mediante sua perenidade nos governos tucanos.

3.5 Governo Almir Gabriel 02 (GAG2)

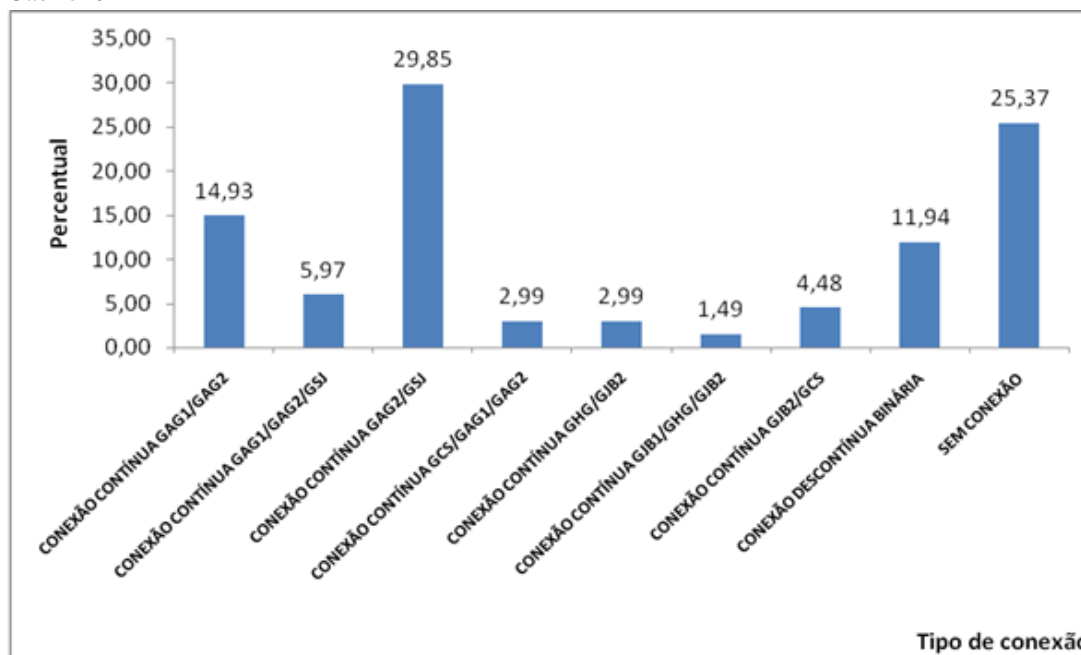
De seu governo anterior, o GAG2 herda os 10 nomes citados anteriormente como “conexão” binária contínua entre seus dois mandatos.

Dado interessantíssimo é que esta administração interage com membros do Grupo Político formado nos governos do PMDB. Aí se pode observar a presença de 08 nomes contados como “conexão” e parte dos 08 classificados como “conexão” descontínua binária relacionados anteriormente nas gestões do GJB1, GHG, GCS e GJB2. Isto é um fato que remete a um tipo de hibridismo, possivelmente visando à governabilidade (não testamos essa hipótese, pois não fez parte do escopo dos objetivos do presente trabalho), uma vez que a ampliação de postos-chave de governo ampararia os diversos representantes de inúmeras elites políticas, sendo estas – em sua maioria em nosso levantamento investigativo – velhas representantes de certas “elites governamentais” apeadas do controle do Poder Executivo Estadual pelas urnas.

Por outro lado, salta aos olhos o número de nomes que permanecem na administração seguinte, do governo Simão Jatene, que contam nada mais nada menos que 14 nomes. Somando-se aos 10 remanescentes de sua gestão anterior e às outras Conexões, o GAB2 apresenta um índice de 50 (cinquenta) nomes pertencentes à “elite duradoura”. Ora, sua administração de 1999 a 2002 é marcada pelos expressivos 67 Termos de Posse, em relação à média obtida em seus antecessores, inclusive seu próprio governo passado, portanto seu número inteiro de conexões não deveria ser tão espantoso,

não fossem as médias (máximo de 42 no GHG GJB1) obtidas anteriormente, de acordo com o Gráfico 06.

Gráfico 06: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no segundo governo Almir Gabriel 02



Fonte: Souza (2012)

Em termos percentuais, o GAG2 apresentou uma porcentagem de 25,37% de nomes classificados como “sem conexão”, o que resulta em uma média de 74,63% de conexões. Isso mesmo: 74,63% da formação do GAB2 é composta por membros da “elite duradoura”. Desse montante, 5,97% correspondem à “conexão” contínua terciária dos três governos tucanos; 14,93% vieram do GAG1 em “conexão” contínua binária, mas não permaneceram no governo subsequente; e 29,85% desses 73,63% de casos de “conexão” (quase a metade), correspondem à “conexão” contínua binária entre o GAG2 e o governo Simão Jatene, exposto e analisado a seguir.

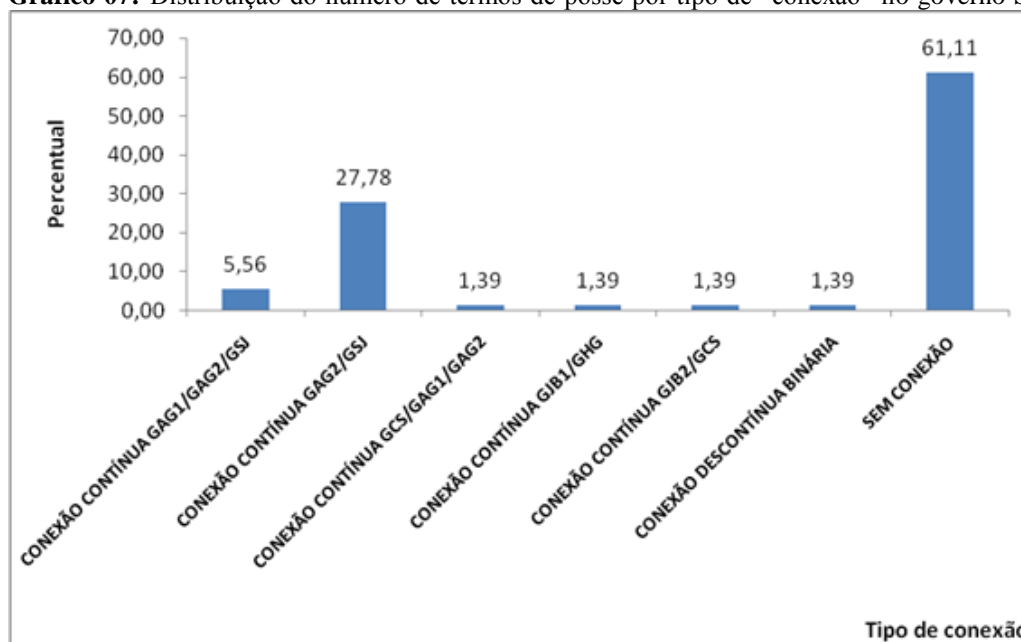
3.7 Governo Simão Jatene (GSJ)

Como que seguindo a nova tendência, o GSJ é o recordista de Termos de Posse. Seguindo a forma de composição inaugurada no GAB2, de inflar a administração superior do executivo estadual com uma “explosão” de nomeações, este governo é o que mais nomeou, de acordo com os Termos de Posse levantados.

O GSJ foi composto com 04 membros que vieram de todos os governos tucanos anteriores, classificados como “conexão” contínua terciária. Porém, o GAG2 emplaca a espantosa marca de 20 egressos de seu governo, que representaram a quota da “conexão” Contínua Binária entre o GAB2 e o GSJ. Apesar disso, no computo geral, o GSJ não foi além de 28 membros da “elite duradoura”, mesmo com o recorde de Termos de Posse de toda a série investigada: 72 Termos de Posse. Além disso, compôs com 04 tipos de “conexão” relacionadas às gestões peemedebistas. Os demais 44 Termos de Posse referem-se à rubrica “sem conexão”.

Percentualmente, o total do GSJ referente ao caso “sem conexão”, no valor de 61,11%, aponta para uma diminuição no processo de fornecimento de nomes que comporiam a “elite duradoura”, mesmo com a explosão de Termos de Posse, restando-lhe uma participação percentual em sua administração da ordem de 38,89% de casos com “conexão”, constatados no Gráfico 07.

Gráfico 07: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no governo Simão Jatene



Fonte: Souza (2012)

Aqui neste ponto, mais uma vez, colocamos em tela uma de nossas descobertas: a quantidade de Termos de Posse não é correspondente diretamente ao número de conexões, expressa na demonstração dos dados do GSJ que, apesar do recorde da série inteira em se tratando da quantidade de nomeações, não foi o governo que mais apresentou “conexões”, invertendo a tendência que vinha se apresentando desde o

GAG1, de redução da quantidade de indivíduos “sem conexão”, cujos números são de 44,83% no GAG1 e 25,37% no GAG2.

4. “ÍNDICE DE ELITIZAÇÃO” (IE)

Para a construção de um índice que pudesse metrificicar percentualmente o quanto cada gestão investigada produziu de nomes que compuseram a “elite duradoura” de um dado governo, lançamos mão da utilização de um índice simples, também conhecido como “Relativos”, conforme Silveira & Santos (2005).

O “índice de elitização” (IE) é um conceito elaborado por nós para designar o quantitativo percentual de membros da “elite duradoura” por governo em relação ao total geral de conexões levantado, numa escala que vai de zero (0) a um (1). A medida que pretendemos apresentar diz respeito a quanto cada governo é elitizado. Nossa fórmula é a seguinte: adotamos valor igual a 100% para o total de Termos de Posse ao longo de cada governo; depois tiramos o quociente de uma razão simples para descobrir qual o percentual de casos com conexão e sem conexão. De posse do número de casos com conexão estabelecemos um percentual por cada governo em relação ao total de casos com conexão somados de cada um dos governos investigados: daí resulta o número que irá compor o IE.

Todos aqueles que participaram de dois ou mais governos, quanto ao registro oficial dos Termos de Posse investigados, são membros da “elite duradoura” que irá compor o IE por cada gestão. Não pode ser confundido – o IE – com o número de Termos de Posse. A presença neste grupo seletos que denominamos “elite duradoura” não denota mais ou menos poder político, mas sim o fato de ser mais ou menos perene.

Exemplo detectado por nós é a abundante quantidade de Conexões Binárias, em especial as Contínuas. Estes são membros seletos da “elite duradoura”. Alguns nomes estão classificados como “conexão” Quaternária, mesmo tendo participado de seis governos dos sete que investigamos. Sua frequência constante nos governos investigados não pode ser comparada com o de uma “conexão” descontínua ou somente binária, porém, essa variável não possui relevância quanto à participação desses nomes na composição do IE, pois é a frequência em mais de um governo o que importa.

Definido o IE a partir de uma razão simples, verificamos o total de Termos de Posse do governo em questão. Após acharmos pela fórmula do IE os percentuais de casos com e sem conexão, subtraímos o número de nomes que possuem “conexão” com os

casos “sem conexão”. Daí, atribuímos valor de 100% para o total de Termos de Posse por governo e um percentual correspondente para os sem e com “conexão”, resultando em uma proporção que equivalerá a uma percentagem de quanto do grupo político formado naquele governo participou de outros governos, que são os representantes da “elite duradoura”. O número correspondente de “conexão” ou “elite duradoura” por governo é proporcional ao IE. Na Tabela 02 podemos comparar governo a governo o percentual de nomes que cada gestão ofertou para o total da “elite duradoura”.

Tabela 02: Situação quanto à “elite duradoura” por governos estaduais do Pará (1983 a 2006)

GOVERNO	Com conexão %	Sem conexão %
GJB1	28,57	71,43
GHG	41,67	58,33
GJB2	41,67	58,33
GCS	38,89	61,11
GAG1	55,17	44,83
GAG2	74,63	25,37
GSJ	38,89	61,11

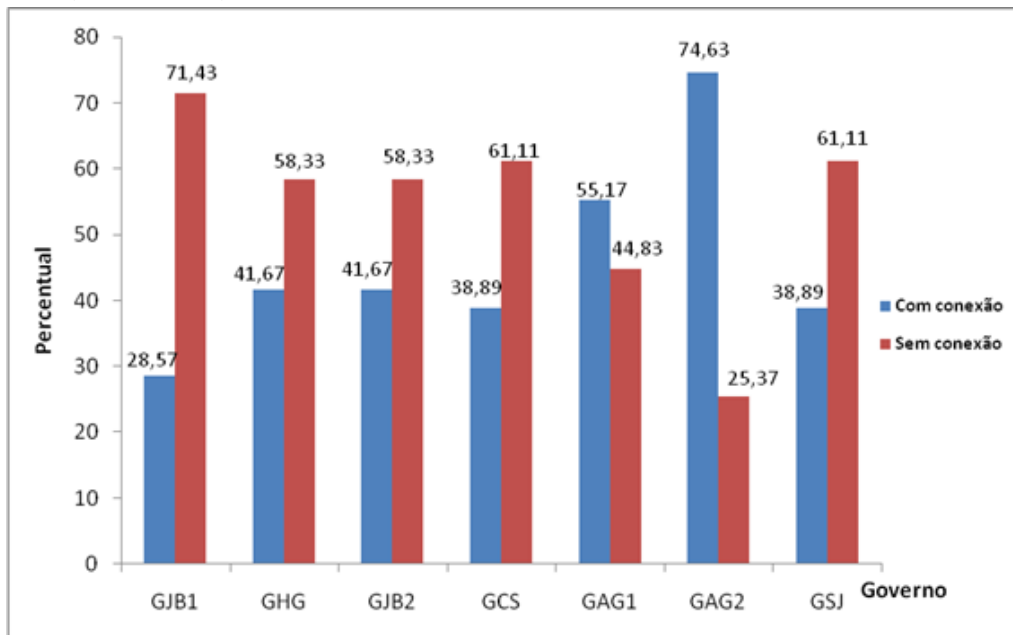
Fonte: Souza (2012).

A Tabela 02 aprofunda os dados segregados na seção anterior. Em cálculos gerais, o GAB2 foi o recordista no percentual geral do número de membros que compuseram a “elite duradoura” e vieram importados ou foram exportados para outros governos, o que apontará para um maior IE. O GJB1 é o que apresenta menor percentual de membros da “elite duradoura”. O GHG e GJB2 empatam em um percentual que acusa a subida da participação na “elite duradoura”. O GCS apresenta leve queda, se se levar em consideração seu curto governo, mantendo a média anterior.

Já o GAG1 apresentou um maior IE que todos seus antecessores, não somente batendo o recorde até esta administração, como também dilatando esse percentual no GAG2, saltando do recorde de IE no valor de 55,17% para o recorde do recorde que computou 74,63%. Seu sucessor, GSJ, quedou a média e retornou a patamares semelhantes à média anterior (das administrações do PMDB) às gestões peessedebistas.

No Gráfico 01, demonstramos a linha temporal da “elite duradoura”, ao subtrair os nomes com conexão dos sem conexão, observando suas quedas e subidas percentuais conforme o IE em cada caso. Nele fica clara a maior capacidade de fornecimento de membros da “elite duradoura” por parte das administrações tucanas do que as gestões dos peemedebistas no período em tela.

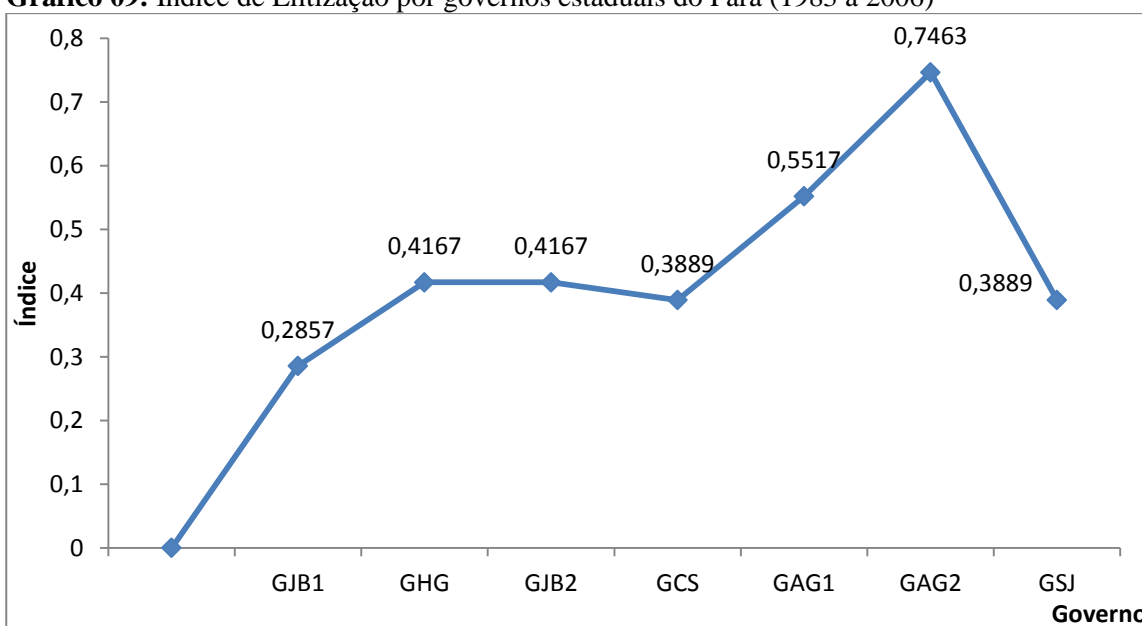
Gráfico 08: Situação quanto à “elite duradoura” por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)



Fonte: Souza (2012)

O Gráfico 08 ainda apontará para uma queda, após o apogeu de composição de membros da “elite duradoura” nos governos peessedebistas, no derradeiro governo investigado por nós: o de Simão Jatene (2003-2006), caindo da média máxima verificada para uma média menor para o IE, ainda assim o segundo colocado quanto ao IE.

Gráfico 09: Índice de Elitização por governos estaduais do Pará (1983 a 2006)



Fonte: Souza (2012).

No Gráfico 09 estão os “índices de elitização” de todos os governos, numa escala que vai de zero (0) a um (1), onde zero corresponderia ao caso de um governo não elitizado – no sentido de não fornecer membros para a “elite duradoura” – e um no caso de um governo ser totalmente elitizado. Aqui é possível visualizar o índice de quanto cada governo produziu de membros da “elite duradoura”. E a exposição deste resultado corresponde à etapa final desta parte do trabalho. Assim, se conclui o objetivo específico final desta pesquisa.

Nas considerações finais trataremos de mais pontos sobre os “índices de elitização” obtidos, destacando de antemão que os governos que apresentam menores IE foram os que mais oxigenaram a administração superior e que permitiram uma maior circulação das elites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, algumas conclusões importantes podem ser expostas neste tópico final, uma vez apresentados todos os resultados da pesquisa e o “índice de elitização”. No que diz respeito à questão central levantada desde o início deste trabalho, expomos resumidamente todos os resultados gerais a que chegamos, desde o universo de nomeações – inclusive sua frequência geral – até a segregação governo a governo, expostos os “índices de elitização”, a quantidade de nomes e os tipos de conexão ou não conexão, se contínuas ou descontínuas.

Acreditamos ter contribuído para enriquecer o debate em torno de um dos principais problemas epistemológicos que a Teoria das Elites suscita, qual seja: uma definição para elite. No presente trabalho, foram construídos tipos ideais para definirmos elite como: 1) elite governamental, a partir do conjunto daqueles membros do Secretariado dos governos investigados, e 2) “elite duradoura”, o conjunto dos componentes da elite governamental que participaram de dois ou mais governos. A partir daí pesquisamos os termos de posse para levantar os nomes que compuseram os governos do Pará entre 1983 e 2006, discriminando-os em elite governamental e “elite duradoura”, e desse levantamento calculamos o “índice de elitização” de cada governo investigado.

Concluimos, a partir dos dados analisados, haver uma relativa baixa circulação no seio das elites que formam o total de nomes constituintes da elite governamental, pois a média do “índice de elitização” da série histórica da “elite duradoura” correspondeu a

aproximadamente 45,6% de nomes que compuseram os diversos secretariados. Apesar do número dos casos “sem conexão” apresentarem-se sempre acima do número de casos com “conexões”, em tese, se espera uma considerável circulação de elites na troca de governos, especialmente se estas se dão entre grupos políticos de oposição. Contudo, a média de circulação da série histórica foi de aproximadamente 54,4%, inferior, portanto, a 60%, que seria, a nosso ver, o patamar mínimo esperado para falar-se numa alta circulação de elites. Vale lembrar que, por ocasião da transição entre o grupo político do PMDB para o opositorista PSDB, os dois governos de Almir Gabriel foram os que apresentarem os maiores “índices de elitização” (55,17%, quando derrota o PMDB, e 74,63%, na reeleição do próprio PSDB), aproveitando, portanto, muitos nomes que compuseram governos peemedebistas anteriores.

Já a ideia de conexão política, outro achado de nossa pesquisa, diz respeito justamente à ocorrência de nomes que são aproveitados em diferentes governos. A resistência da “elite duradoura” pode ser constatada na frequência e na repetição desses nomes ‘intra’ e ‘entre’ governos, que é considerável e que dialoga com a teoria da circulação das elites (PARETO, 1980) e também com a Lei de ferro das oligarquias (MICHELS, 1982) ante a composição de novas administrações.

A partir desta descoberta, atribuímos uma qualidade para a “elite duradoura”: seu caráter de ser “resistente” às trocas de governo, o que a diferencia da simples “elite governamental”, cujo caráter é circunstancial e transitório. Consideramos que essa distinção conceitual pode ser uma contribuição ao debate teórico sobre a Teoria das Elites, além da elaboração do “índice de elitização”. Este último procura expressar em termos percentuais a capacidade de um grupo político formado, egresso de uma dada elite governamental, em ser mais resistente à circulação das elites. Apesar desta circulação ocorrer, certos grupos ou indivíduos demonstram, como vimos, uma capacidade maior de manter seus tentáculos em outras administrações, chegando, inclusive, a integrar governos de oposição àquele no qual foram nomeados originalmente.

Com isso, alcançamos dois objetivos propostos: o de contribuir para o debate acerca do elitismo, realizado no processo de elaboração teórico-metodológica, e o de comparar e descrever a elite governamental de forma empírica. Ainda concluímos a exposição do “índice de elitização” nos governos investigados e os comparamos em toda a série.

Descobrimos que os governos paraenses, entre 1983 e 1994, apresentaram uma tendência decrescente e uma média relativamente pequena do número de membros da elite governamental, e esta explicação pode estar no fato de que durante este período o estado do Pará foi governado pelo PMDB, que apresentou essa característica. Porém, houve uma circulação de elites interna no partido e conflitos pelo comando tanto do governo quanto do partido, e mais: o governo do PSDB, a partir de 1995, que rompe com a hegemonia peemedebista, também apresenta um número baixo de nomeações.

A mudança ocorre quando a segunda gestão peessedebista faz uma reforma administrativa e amplia as nomeações para o alto escalão governamental. Com isto, se verifica um retorno de membros da elite do próprio PMDB e, não obstante, uma circulação de elites artificial, haja vista que não foram novos membros da elite não governante que ascenderam, mas elites apeadas do poder político do executivo que retornam, talvez visando a governabilidade e a manutenção da hegemonia do PSDB.

Também descobrimos que o aumento gigantesco do número de Termos de Posse a partir do segundo mandato do PSDB não é concomitante ao número de “conexões” com outros governos ou a um “índice de elitização” maior: apesar do GSJ ser o recordista de nomeações, é o GAG2 que detém o maior índice, enquanto o GSJ retorna a um patamar médio que já era verificado nos governos do PMDB. Isso quer dizer que um governo pode ter um reduzido número de postos-chave de comando e um alto grau de influência em outras administrações, enquanto outros governos podem deter um grande número de postos-chave e não serem tão influentes em outras gestões. Portanto, a influência parece não depender do tamanho do governo.

Há, inegavelmente, uma circulação de elites, porém esta não é estanque ou regular, pois certos membros de governos mantiveram-se por seis administrações investigadas, por exemplo. Esses indivíduos que fizeram conexões com outros governos, pertencentes à elite perene que transcende o governo que os nomeou, são mais resistentes – esta “elite duradoura” se aproxima daquilo que Pareto (apud RODRIGUES, 1984) designava como uma espécie de elite da elite.

Por outro lado, não poderia esta “elite duradoura” ser eterna: quanto mais tempo ela estivesse na posição de elite governamental, mais forças se fundiriam na pressão para removê-las, o que cedo ou tarde ocorreria inevitavelmente – daí a história ser considerada um “cemitério de aristocracias”. Mesmo assim, como mencionado anteriormente, algumas elites não morrem: renascem em outros governos, até mesmo em alguns casos

mais vigorosas, ou mesmo se tornam o próprio governo, como no caso de ex-secretários se elegerem para o próprio cargo de Governador: Almir Gabriel foi Prefeito de Belém nomeado pelo então Governador Jader Barbalho, e seu Secretário de Orçamento, Planejamento e Finanças, Simão Jatene, foi Secretário de Almir quando este se tornou Governador e depois o sucedeu no próprio posto de Governador.

Descobrimos que existe uma “elite duradoura”, que também é elite governante, porém é de um tipo específico, que governa mais de um mandato – o que significa, tanto à época em que não existia o instituto da reeleição para Governadores estaduais quanto a partir da institucionalização deste – que certos indivíduos e/ou grupos eram mais perenes que os próprios governos na administração superior do Poder Executivo. E isso é um dos resultados mais importantes que obtivemos no presente trabalho.

Outra descoberta de suma importância é o “índice de elitização”, o qual atesta a força e a capacidade que cada grupo político ou indivíduo pertencente à elite governamental tem em resistir à circulação das elites, pois mesmo que essa circulação ocorra, certos grupos e indivíduos têm maior capacidade de manter seus tentáculos em outras administrações, compondo até governos de oposição.

A reforma administrativa no GAG2 está, provavelmente, ligada a esse movimento detectado em nosso estudo, pois este governo é o mais articulado em se tratando das conexões com outros governos, o que poderia ser explicado pelo viés do aumento gigantesco do número de Termos de Posse, hipótese esta falseada pelo exame do governo seguinte: o GSJ, apesar de deter um número maior ainda de Termos de Posse em relação a seu antecessor GAB2 e ser o maior da série, perde para o GHG, GJB2 e empata com o GCS, que ficou menos de um ano no poder.

Este dado é relevante, pois demonstra que não é o tamanho do governo, em se tratando do número de nomeações que este demanda, que garante certa perenidade de tentáculos de seu grupo político no poder, mas sim sua capacidade de permear outras administrações. As causas desse fenômeno, se por razões de governabilidade, de coalizões ou acordos, ou até mesmo a competência técnica profissional ou preferência pessoal do titular do executivo estadual, são interessantes objetos de análise para uma pesquisa futura – aqui, nos limitamos à exposição e comparação entre governos em relação às suas elites governantes.

Nesse sentido, verificamos a noção teórica de Mosca ao afirmar que a elite domina a massa a partir da fórmula política, e de que quando esta se encontra

enfraquecida ou a fé sobre a qual se assenta sua validade esta em *débâcle*, significa que mudanças sérias ocorrerão no seio das elites. Essa perspectiva é percebida quando há a transição democrática, que muda a formula política de escolha de Governadores para a via da eleição direta.

A mudança é prevista e orquestrada pela ditadura para manter-se no poder via vitória eleitoral direta, mas é de fato o que possibilita a ascensão do PMDB e de Jáder Barbalho, assim como quando ocorre a instauração do instituto da reeleição e da reforma administrativa implementadas por Almir Gabriel em 1998, o que amplia consideravelmente a capacidade de cooptação do Governador e de seu partido, o PSDB. Ao mexer nas regras do jogo, movimentam-se atores, personagens e as próprias regras e, não obstante, frequentemente ocorre um “paradoxo das consequências” (WEBER, 2004). Assim ocorre nas transições acima, que alteram a disposição de peças e o controle do jogo no tabuleiro político.

Mas há limites em todo nosso esforço teórico de demonstração e comparação entre os grupos políticos que formaram a elite governamental que comandou o Poder Executivo paraense entre 1983 e 2006, pois toda teoria é sempre um esforço de aproximação do objeto, e não expressão do objeto de fato. Portanto, qualquer análise empírica será sempre limitada quando a teoria é um tipo ideal, sendo este trabalho uma projeção da teoria para a formação dos grupos políticos que governaram o Pará nos 24 anos pesquisados.

Assim sendo, concluímos a presente pesquisa alertando para a necessidade de se debruçar sobre os indivíduos e grupos que governam, pois suas decisões e políticas estão ligadas às suas características, sua formação, seu processo de recrutamento e treinamento e, não obstante, sua circulação, inevitável, até para aqueles personagens que são mais perenes, pois nenhum governo é eterno, ainda que duradouro, e nenhuma elite resiste tempo suficiente para provocar um sistema estanque de circulação de elites.

Tal constatação leva a crer na eficiente, eficaz e segura aplicação da teoria e do método das elites enquanto escopo investigativo de um determinado *approach* da ciência da política, dada as devidas advertências e reconhecidas suas limitações e suas possibilidades de investigação.

Em outras palavras, o elitismo não somente sobreviveu ante ao criticismo exacerbado a que foi submetido, entre outros, pelo marxismo e pelo pluralismo, beirando ao abandono acadêmico e intelectual, inclusive desde que a Teoria das Elites inaugurava

a ciência política como a conhecemos hoje à época de Mosca, Pareto e Michels, como também demonstrou vigor e musculatura ao se investigar as elites em diversos espaços e em diferentes épocas – no caso específico, o aplicamos na análise das elites da Amazônia, no estado do Pará, sob uma inovação metodológica baseada em seus pressupostos, dentro do espaço político do Poder Executivo estadual paraense, entre os anos de 1983 e 2006.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre a ciência política na Itália**. Trad. Maria Celeste F. Faria Marcondes. Brasília: UnB, 2002.
- BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: B. Brasil, 1989.
- BURNHAM, James. **The Machiavellians: defenders of freedom**. Chicago: Gateway, 1963.
- CARRERAS, Mercedes. Elitismo y democracia: de Pareto a Schumpeter. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época). n. 73, Jul-Set, 1991.
- DAHL, Robert A. A critique of the ruling elite model. **The American Political Science Review**, v. 52. n. 2. pp. 463-469, 1958.
- _____. Further reflections on ‘The Elitist Theory of Democracy’. **The American Political Science Review**, v. 60. n.2. pp. 296-305, 1966.
- Encontro Anual da ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.
- FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; MATHIS, Armin. Mapeando elites políticas no estado do Pará: uma aproximação teórico-metodológica. **Paper do NAEA**, n. 216, Belém/PA, NAEA/UFPA, 2008.
- FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26. n.77. pp. 175-188, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6 v. Ed. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRINSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Boletim Informativo Bibliográfico – BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS. n. 41. pp 35-86, 1º semestre de 1996.

JEREZ-MIR, Miguel. Corrientes científicas-políticas em el tema de la elite norteamericana. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época), v.29. pp. 81-107, 1982.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel. **As elites revolucionárias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LASSWELL, Harold D. **Política: Quem ganha o que, quando e como**. Brasília: Ed. da UNB, 1984.

LEONI, Francesco. La clase politica en Gaetano Mosca. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Epoca). n. 59. pp. 219-233. Enero-Marzo, 1988.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. da UNB, 1982.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do Poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MIZRUCHI, Mark S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**. vol. 46, Nº 3, pp. 72-86, 2006

MOSCA, Gaetano. **História das Doutrinas Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1958.

PARETO, Vilfredo. **Forma y equilibrio sociales**. Madrid: Alianza, 1980.

_____. **Manual de economia política**. S. Paulo: Abril Cultural, 1984(Coleção Os economistas, Vol. I)

PARSONS, Talcott. **The distribution of power in American society**. World Politics, v.10.n. 1. pp. 123-143, 1957.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 7-15, 2008.

PERISSINOTO, Renato Monseff; FUKS, Mario. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas em Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21, n. 60. pp 67-82, Fevereiro/2006.

POULANTZAS, Nicos. O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, R. (Org.). **Ideologia na Ciência Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

PUTNAM, R. **The comparative study of political elites**. New Jersey, Prentice-Hall, 1976.

Revista de Sociologia e Política. **Dossiê: elites políticas**. v.16, , nº 30, 2008.

RODRIGUES, José Albertino. **Vilfredo Pareto - Ciências Sociais - Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

SILVEIRA, Maracajaro Mansor; SANTOS, Artur Henrique da Silva. **Números Índices**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Matemática, 2005

SOUZA, Márcio Ivan Lopes Ponte de. **Formação e Renovação dos governos do Pará:** elite governamental e grupos políticos (1983-2006). 2012, Dissertação de Ciência Política, Universidade Federal do Pará, 2012.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos:** escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Universidade de São Paulo [Edusp], 1998.

URIARTE, Edurne. **Revista de Estudios Politicos** (Nueva Epoca). n. 97. Julho-Setiembre, 1997.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.